

1 Introdução

Quem vive no Brasil e conhece de perto o mapa da pobreza no país, certamente pode identificar contradições entre a realidade que se vê e as notícias sobre o país, veiculadas pela mídia em nível nacional e internacional.¹ Quando alguém decide entrar em um site de busca, usando como palavras-chave “pobreza no Brasil”, pode deparar com os mais inusitados resultados, dos quais os excertos a seguir constituem apenas alguns exemplos:

A. Pela primeira vez, a taxa de pobreza no Brasil fica abaixo de 20% da população.²

B. Expansão do PIB é a segunda maior das grandes economias, diz Mantega

Ministro diz que crescimento do PIB brasileiro ultrapassou a taxa da Índia. Em 2010, crescimento vai ficar próximo de 8%, acrescentou ministro.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou nesta quinta-feira (9), durante balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 8,4% no acumulado de janeiro a setembro deste ano representa o segundo maior registrado pelas grandes economias.³

C. Cerca de 47% do PIB do país está concentrado em 1% dos municípios⁴

D. Brasil tem 38% da população indígena vivendo na pobreza⁵

¹ A mídia em nível internacional tem reportado o Brasil de modo extremamente positivo, notadamente destacando como o país enfrentou a crise que abalou a economia dos países mais ricos do mundo. Destaca-se a longa reportagem televisiva feita por Kroft (2010).

² Guimarães (2011).

³ Martello (2010).

⁴ Duarte (2010).

⁵ Bruno (2010).

E. Brazil takes off⁶



F. Redução da pobreza no Brasil

Apesar de possuir grande número de pessoas pobres, o Brasil não é um país pobre, mas tem que superar um quadro de injustiça social e desigualdade. As desigualdades sociais estão presentes em todo o país, o que se reflete em uma posição intermediária ocupada pelo Brasil no *ranking* de países do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Isso significa que ainda há muitas dificuldades a serem superadas nas áreas de educação, assistência social, saúde, distribuição de renda e emprego.⁷

G. Bolsa Família não é resposta à pobreza urbana no Brasil, diz 'Economist'⁸

H. Atingimento das metas dos objetivos do milênio : Erradicar a pobreza – 100% atingido⁹

À medida que vai fazendo a leitura dos excertos, o leitor vai ficando confuso, dado o caráter contraditório das afirmações. A última, inclusive, chega a gerar perplexidade.

A história da terra reportada por Caminha como aquela em que “tudo que

⁶ Texto publicado em **The Economist**, em 12 nov. 2009. Disponível em <<http://www.economist.com/node/14845197>> Acesso em 14 dez. 2010.

⁷ Redução da pobreza no Brasil. Representação da UNESCO no Brasil. Ciências Humanas e Sociais Disponível em <<http://www.unesco.org/pt/brasil/sociais-and-human-sciences-in-brazil/poverty-reduction-in-brazil/>> Acesso em 14 dez. 2010.

⁸ “Bolsa Família não é resposta à pobreza urbana no Brasil, diz 'Economist'”. In: **G1 O Globo.com**. Publicado em 30/07/2010. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/07/30/bolsa-familia-nao-resposta-pobreza-urbana-no-brasil-diz-economist-917277523.asp>> Acesso em 14 jan. 2011.

⁹ “Atingimento das metas dos objetivos do milênio: Erradicar a pobreza – 100% atingido”. In: **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em <http://www.pnud.org.br/odm/objetivo_1/>. Acesso em 14 jan. 2011.

se planta dá” é mesmo cheia de contradições. Disso nós sabemos. Mas ficam no ar algumas questões que nos desafiam. Se já sabemos que há pobreza no Brasil, o que tem sido feito para efetivamente erradicá-la? O que podemos ainda fazer para reverter este quadro cruel de contraste: fartura X pobreza, que os excertos anteriores, notadamente o sexto, tão claramente ajudam a ilustrar? Como compreender que exista pobreza extrema numa terra rica como o Brasil? Se o governo tem investido em programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e Bolsa-Família, e desse modo, tem tentando resolver de modo mais impactante a pobreza extrema no campo, como resolver o problema da pobreza urbana, a que o último excerto se refere? Afinal que outro(s) tipo(s) de pobreza pode(m) existir além da privação de renda? Que medidas concretas precisam ser tomadas para vencer a histórica luta contra a pobreza brasileira?

E a reflexão sobre a dimensão das questões anteriores passam a constituir um desafio e despertar curiosidade, para que se volte o olhar para o cenário internacional, analisando o exemplo de países que ousaram implementar soluções inovadoras nesta direção. Pode-se encontrar na experiência de Bangladesh, com a criação do Grameen Bank (GB) e do Instituto do Microcrédito Contemporâneo, exemplos de iniciativas inovadoras com grandes possibilidades de adaptação à realidade brasileira, no combate à pobreza existente no país.

1.1.

A experiência do Grameen Bank e o microcrédito

O prêmio Nobel da Paz de 2006 distinguiu o economista Muhammad Yunus pelo trabalho realizado junto ao Grameen Bank,¹⁰ que em bengali significa ‘aldeia’.

O GB surgiu na década de 1970, em Bangladesh. Especificamente em 1976, o professor de economia Muhammad Yunus constatou que, ao redor da Universidade de Chittagong, onde lecionava, as pessoas pobres não tinham acesso a crédito no sistema financeiro formal, para financiar suas pequenas atividades produtivas, o que as direcionava a recorrer a agiotas. Com dinheiro próprio e auxílio de seus alunos, Yunus lançou-se à implementação da seguinte

¹⁰ A respeito da história do surgimento do GB e da noção de microcrédito, é interessante a leitura de MAINSAH et al (2004). Para uma visão geral da experiência, ver YUNUS (2006).

experiência: concedeu empréstimos no valor de U\$ 27,00 a uma parcela daquela população pobre – um grupo de 42 pessoas.

A partir desse projeto-piloto, surgiu a ideia de expandir o processo para outras pessoas, através da criação do GB, uma experiência que se coloca em sintonia com a noção de desenvolvimento humano, na perspectiva emancipatória de Amartya Sen, autor utilizado como marco teórico no decorrer do trabalho.

Provando que os pobres são merecedores de crédito, no sentido de confiança e recursos financeiros, e que são excelentes pagadores, no sentido de que honram com suas obrigações, o professor logrou êxito em obter financiamentos e doações junto a instituições bancárias privadas e internacionais para criar o GB.

A criação do GB fez nascer a noção contemporânea de microcrédito, o qual, em um enfoque inicial, pode ser entendido como empréstimos concedidos a famílias pobres, sem a exigência de nenhuma garantia real. O crédito é oferecido, a fim de possibilitar o fomento de atividades empreendedoras por parte dessa população, numa perspectiva que é denominada de auto-emprego. Os juros cobrados pelo GB são diferenciados em relação ao mercado, de forma a garantir não só a auto-sustentabilidade do banco, como também o direito de crédito àquela parcela da população que se vê alijada do mercado financeiro formal.

A ideia para o surgimento do GB nasceu da simples observação de que, para que as pessoas saíssem da linha da miserabilidade, muitas vezes, era necessário que pudessem ter acesso ao crédito relativo a um valor ínfimo (na experiência inicial, centavos de dólar). Observou-se também que o empréstimo para populações miseráveis de quantias irrisórias, mesmo sem garantias formais de recebimento, acabava por gerar um retorno de pagamento bastante satisfatório, mormente em relação à população feminina.

O projeto GB acabou se transformando na experiência-piloto de microcrédito mais conhecida internacionalmente. Desenvolvida em um dos países mais pobres do mundo, o GB é frequentemente considerado a primeira organização a ter praticado o que chamamos de *microcrédito contemporâneo*.

Desconhecido no início da década de 90, exceto dentro do restrito grupo de especialistas, o microcrédito vem se tornando, mundialmente, relevante

instrumento na erradicação da pobreza e na garantia do desenvolvimento local. Integra as estratégias estabelecidas para 2015 na luta contra a pobreza.¹¹

Sua difusão deve-se às cúpulas do microcrédito e pela reprodução do modelo com apoio do Banco Mundial, inclusive em nível internacional. A primeira cúpula reuniu em Washington, em fevereiro de 1997, mais de 2.900 participantes de 137 países. As manifestações públicas de apoio ao microcrédito tiveram como ponto culminante o conjunto de conferências ocorridas em 2005, ano Mundial do Microcrédito estabelecido pela ONU.¹²

É importante mencionar o fato de que, em termos numéricos gerais, a atuação do GB teria permitido a 12 milhões de cidadãos de Bangladesh (10% da população do país) a sair da pobreza.¹³ Além disso, a experiência foi replicada em setenta países, dentre eles China, África do Sul, França, Noruega, Canadá, EUA.

As atividades do GB, que hoje ostenta a condição de instituição financeira privada que cobra taxas de juros de mercado, vem incluindo no mercado financeiro formal milhões de pessoas pobres de Bangladesh, de modo a garantir as atividades produtivas dessa parcela destituída, com o conseqüente incremento de sua qualidade de vida. Essa é a principal contribuição do projeto GB e do microcrédito no combate à pobreza, que passa a ser compreendida não somente como privação ou insuficiência de renda, mas inclui também a pobreza enquanto *captio diminutio* na participação, engajamento social e capacidade de ação. Na proposta do conceito de pobreza assim concebido, combater a pobreza é melhorar as condições e a qualidade de vida das pessoas, é investir no ser humano.

Ao realizar estudo sobre os impactos do GB em relação ao combate à pobreza, Islam menciona o importante papel da mulher na formação do capital humano, inclusive no sentido de transpassar gerações:

“The investment pattern of female members was more efficient in terms of human capital formation compared to comparable non-members. Their increasing expenditure towards their children’s education and family health care clearly demonstrate that they are more concerned regarding the human capital formation of their family members. These types of investments have significant social returns and intergenerational payoffs.”¹⁴

¹¹ De acordo com informe da ONU, disponível em <<http://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade>>. Acesso em 20 dez. 2010.

¹² Para aprofundamento sobre este tópico, recomenda-se a leitura de CATTANI, A.D. et al. (2009).

¹³ Segundo Yunus, 2006, p. 8.

¹⁴ Islam 2007, p.144.

A questão do gênero no GB é acentuada pelo objetivo pretendido pela instituição, que é não apenas o de gerar mudanças econômicas, mas focar também nas mudanças sociais. A implementação do projeto GB ensejou, ainda, a concretização do histórico e fundamental apelo pela efetivação da igualdade material de gênero, ao dar ênfase à população feminina, a qual tem tido seu papel bastante modificado na família moderna, em virtude do crescimento significativo da contribuição da mulher no sustento da casa.

Assim, as mulheres cada vez mais se tornam pessoas responsáveis por seu destino, capazes de resolver sua vida e a de seus filhos. A prática destaca ainda o maior interesse feminino no desenvolvimento da família, vez que as mulheres tendem a investir os excedentes monetários de seus empreendimentos na melhoria da qualidade de vida de seus filhos, mormente nas áreas de saúde, educação e alimentação, aspectos fundamentais no desenvolvimento humano. Dessa forma, a experiência do microcrédito, suscitada pela implantação do GB, aponta para o fato de que não se trata de dar às mulheres apenas o lugar que elas teriam de direito, mas ir além, no sentido de considerá-las atores fundamentais do desenvolvimento. Nesse sentido, a contribuição em relação à busca da igualdade de gênero também merece especial enfoque.

Na verdade, uma das grandes constatações do GB foi reconhecer que, quando o crédito era concedido às mulheres, as mudanças no incremento da qualidade de vida do grupo familiar ocorriam mais rapidamente, até mesmo porque elas se mostram mais combativas que os homens, em virtude da responsabilidade que geralmente assumem não só em relação aos filhos, mas também no enfrentamento de dificuldades familiares.

Essa responsabilidade familiar se reflete numa maior aplicação e constância no trabalho, com vistas a garantir o futuro dos filhos, destruindo os jargões antigos de que, em regra, os pobres são incapazes de poupar e de pensar no futuro. Com as mulheres, essa não é a regra, em virtude de suas responsabilidades decorrentes da maternidade. Tal aspecto é fundamental, quando se pensa em estratégias de microcrédito integradas com outros instrumentos de microfinanças (micropoupança, microseguros), como é o caso do conceito de microcrédito, desenvolvido no capítulo 2.

Elucidativa é a passagem a seguir que, ao tratar da experiência de Bangladesh, poderia perfeitamente ser um retrato do que ocorre na realidade brasileira:

“Falando em termos relativos, a fome e a pobreza são mais uma questão das mulheres que dos homens. As mulheres são mais intensamente tocadas que os homens pela fome e a pobreza. Se um dos membros da família deve sofrer fome, tacitamente se admite que será a mãe. É ela que passa pela experiência traumatizante de não poder amamentar o filho durante os dias de fome e penúria.”¹⁵

No Brasil, essa ideia parece realmente luminosa, na medida em que cresce a cada dia o número de mulheres que são responsáveis pela gerência e sustento dos lares brasileiros.¹⁶

Numa análise preliminar e intuitiva, fica claro que discutir o problema da pobreza significa abordá-la de modo abrangente e profundo e deixar de encará-la apenas sob um único ângulo: o da renda. As dimensões econômica, social e política são fundamentais no enfrentamento e superação da pobreza, a qual é caracterizada como multiplicidade de privações.¹⁷

Nessa mesma esteira, a noção de desenvolvimento deve ser repensada para ir além das representações meramente numéricas e cartesianas. A utilização do marco teórico fornecido pelas idéias de Sen,¹⁸ exploradas no capítulo 3, caminha no mesmo sentido. O desenvolvimento econômico é visto como processo de incremento das liberdades substantivas e da condição de agente livre e sustentável do homem. O motor fundamental do desenvolvimento é o homem enquanto agente capaz de mudanças e de ação.

A politicidade é a habilidade humana de saber pensar e intervir objetivando a autonomia individual e coletiva. O ser político é aquele que faz e se faz em oportunidade, constrói-se sujeito e reconstrói-se de modo permanente, exercendo sua liberdade e lutando contra quem queira limitá-la.¹⁹

Esse é justamente o aspecto atingido pela pobreza que será enfatizado no presente trabalho. O grande desafio a ser enfrentado por quem pensa o problema da pobreza no Brasil é o de buscar caminhos de emancipação social que foquem na capacidade própria dos sujeitos, enquanto seres capazes de construir e reconstruir sua própria história.

A experiência do microcrédito pode ser rica em relação a esse aspecto. O resgate da autoestima atingida de morte pela situação de pobreza é o ponto

¹⁵ Yunus, *Ibid*, p. 116.

¹⁶ Segundo Ribeiro (2011), o IBGE afirma que há no Brasil 21,9 milhões de mulheres à frente de suas famílias, sendo que 35,17% dos lares são chefiados por elas. Para alguns especialistas, divórcios ajudam a explicar parte da expansão dessa participação feminina, que em 2001 era de 27, 34%, conforme nos mostra o quadro evolutivo que espelha o aumento da participação das mulheres como chefes de família nos domicílios brasileiros, incluído na referida reportagem.

¹⁷ Lustosa 2001, p.100.

¹⁸ Sen, 2000.

¹⁹ Demo, 2003.

chave do presente trabalho e pode ter no microcrédito um importante aliado, mormente se pensarmos na aplicação em comunidades. Nessa seara, tal instrumento pode reforçar práticas de economia solidária e fomentar a coesão e engajamento social, tendo importante papel nas demandas de reconhecimento.

Nessa linha de confluência entre a busca do desenvolvimento (enquanto incremento da condição de agente do homem) e a luta contra a pobreza (vista como incapacidade de ostentar a condição de sujeito de mudança) é que se situa a potencial contribuição do microcrédito no cenário brasileiro, a qual é explorada no presente trabalho.

Como eixo condutor, elegemos a tentativa de elucidar a seguinte questão: *De que maneira o microcrédito pode contribuir no combate à pobreza e na busca do desenvolvimento como liberdade no cenário brasileiro?*

O problema de pesquisa discutido é extremamente relevante no Brasil de hoje, onde o peso simbólico da pobreza vai muito além da insuficiência de renda e atinge vários aspectos da vida, mormente a questão do engajamento social e da capacidade de mudança e de ação, visto que ser pobre, no Brasil, significa isolamento social, ausência de participação na esfera pública, estigma e vulnerabilidade sociais.

Para atingir este objetivo, estruturou-se o trabalho da seguinte forma: o capítulo dois aborda a caracterização do microcrédito, através da análise do conceito doutrinário; apresenta as principais contribuições metodológicas e define o conceito de microcrédito adotado, com as respectivas justificativas. Desenvolve ainda o panorama da legislação brasileira sobre o tema, a partir dos órgãos atuantes num enfoque descritivo, crítico e propositivo. Inclui um breve relato da experiência brasileira de microcrédito mais bem sucedida - o CrediAmigo nordestino.

O terceiro capítulo apresenta o marco teórico no qual se embasa a nossa análise. Num primeiro momento, localiza o debate sobre desenvolvimento na discussão do eixo Ética/Economia. Esclarece o conceito de desenvolvimento e pobreza, segundo Amartya Sen (2000); relaciona criticamente o instrumento do microcrédito e seu impacto no combate à pobreza, propondo a sinergia entre programas assistenciais e o microcrédito, de modo a apresentar a liberdade individual como comprometimento social, a partir da interdependência entre liberdade e responsabilidade.

O quarto capítulo trata da relação do microcrédito com autoestima social. Inicialmente, revisita a noção de reconhecimento em Fraser e Honneth. Reflete sobre a aplicação de tais teorias no cenário brasileiro, apontando o microcrédito

como instrumento que pode fazer gravitar em torno de si as demandas de distribuição e de reconhecimento. Finalmente, apresenta a proposta de aplicação do microcrédito nas comunidades carentes, como meio de reforço das práticas de economia solidária, do trabalho socialmente produtivo, e da coesão/engajamento social.